



MULHERES E SEMENTES CRIOULAS: TRILHANDO OS CAMINHOS DA AGROECOLOGIA

ANDRIOLI, Liria Ângela - UFFS¹

BASSANESI, Danieli - UFFS²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir acerca da contribuição das mulheres camponesas na agroecologia por meio da manutenção e conservação das sementes crioulas. Ressalta-se a importância que as mulheres camponesas têm na produção de alimentos, no cuidado com as sementes crioulas, com a alimentação da família e o valioso trabalho feito pelo Movimento de Mulheres Camponesas pela manutenção das sementes crioulas. Para realizar a pesquisa se utilizou a metodologia de pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos publicados na internet, dissertações, teses e cartilhas, possibilitando que esse artigo tomasse corpo. Parte-se do pressuposto teórico de que o agronegócio, sustentado pelo sistema capitalista, vem causando grave degradação ambiental e social nas últimas décadas e a figura masculina ainda é quem tem prioridade no campo, seja no acesso ao crédito ou na tomada de decisões. Apesar de serem as mulheres que assumem jornadas triplas de trabalho e são as primeiras a defender as causas ambientais, essas ações não são levadas em conta quando se planejam as políticas públicas. Por isso, surge a necessidade de trilhar um caminho rumo à autonomia das famílias do campo, em que as mulheres sejam incluídas nas políticas públicas, que suas necessidades básicas sejam consideradas para que possamos alcançar um desenvolvimento rural humano, sustentável e incluyente.

Palavras chave: Agroecologia; Autonomia; Mulheres camponesas; Sementes crioulas;

¹ Professora da UFFS Campus Laranjeiras do Sul/PR. Graduada em Filosofia. Mestre e Doutora em Educação nas Ciências pela Unijuí. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas da URI e do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia da UFFS. Coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero na UFFS/LS. Email: liria.andrioli@uffs.edu.br

² Camponesa. Tecnóloga em Agroecologia (IFPR). Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS). Militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Email: bassanesid@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, diante do avanço contínuo do agronegócio, é notável a degradação ambiental que vem sendo causada pelo uso excessivo de recursos naturais não renováveis, bem como o emprego e a liberação de agrotóxicos³. Isso vem ocorrendo principalmente a partir da Revolução Verde, que dentre suas promessas, uma delas era a de matar a fome da população com o aumento da produção.

A implantação da Revolução Verde trouxe o sistema de monocultivo, afetando diretamente as camponesas e camponeses, fazendo com que deixassem de plantar diversas variedades de culturas e passassem a apostar em apenas uma. Nesse contexto, se dá uma grande ameaça às sementes crioulas que até então eram cultivadas, passando a plantar apenas uma variedade para fins de geração de renda e deixando de lado a diversidade, base da alimentação dessas famílias. Saravelle (2014) destaca que:

[...] A chamada “Revolução Verde” promoveu o uso de insumos e sementes modificadas, produzidas e comercializadas por corporações internacionais, resultando na perda de autonomia alimentar, cultural e a agrobiodiversidade dos/as camponeses/as e agricultores/as. (p. 01).

A intensificação da apropriação privada das terras e sua mediação como mercadoria levou à concentração de terras em grandes agentes agroindustriais, ao êxodo rural e à implementação da agricultura industrializada (insumos sintéticos e energias não renováveis). Desta forma, a lógica da natureza foi substituída pelo sistema industrial e regida pelos mercados e para a obtenção de lucro por parte das empresas multinacionais e dos bancos especuladores, que adquirem uma dimensão hegemônica, obtida pelo aprofundamento da globalização. (SEVILLA GUZMÁN, 2000b).

O agronegócio se tornou a maior forma de representação do capitalismo no meio rural e firmou suas raízes no sistema agroindustrial durante a Ditadura Militar, com o uso intenso de agrotóxicos, insumos e a mecanização. (FREIRE, 2013). Em contraponto, a agroecologia vem se destacando como alternativa ao agronegócio e vem alimentando muitas reflexões, espaços de formação e experiências práticas no âmbito da agricultura familiar e camponesa. Constitui-se, aos poucos, iniciativas que se opõem à degradação ambiental e à exploração das trabalhadoras/es do campo.

A agroecologia é junção dos saberes científicos e saberes tradicionais, aliando a teoria e a prática (práxis). Altieri (1998) destaca que a agroecologia é uma ciência em

³ O Brasil aprovou o registro de 493 agrotóxicos em 2020, sendo a maioria produtos genéricos. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/14/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2020-e-o-mais-alto-da-serie-historica-maioria-e-produto-generico.ghtml>.

desenvolvimento, que estuda os agroecossistemas, integrando conhecimentos de várias áreas (interdisciplinar). Partindo desse olhar, pode-se idealizar unidades mais saudáveis, com mais produtividade e menos gastos, com mais equilíbrio ecológico, protegendo as plantas e melhorando a qualidade do solo, sem depender totalmente de insumos externos, caminhando para a autonomia da unidade de produção.

Ademais, é muito importante que a agroecologia se dedique também às dimensões políticas, sociais, ambientais, culturais e econômicas, pois, para além de uma preocupação ecológica, é preciso que haja uma preocupação para que se elimine a dependência que os camponeses e camponesas têm em relação ao mercado, criada pelo modelo da Revolução Verde. É preciso refletir sobre os processos de circulação da produção, evitando a ação dos atravessadores/exploradores que compram a um preço muito baixo dos camponeses e camponesas e vendem a um preço muito alto aos consumidores e consumidoras. (SEVILLA GUZMÁN, 2000a). Para avançar nessa questão, se torna essencial o diálogo entre a teoria e a prática, pois só por meio dele a dimensão social da agroecologia se consolida nas propostas técnicas materializadas na ação social concreta das camponesas e camponeses.

Sendo assim, a agroecologia não é um mero instrumento metodológico para compreender a dinâmica dos sistemas agrários e resolver problemas técnico-agronômicos que as ciências agrárias convencionais não têm dado conta. Se a análise do agroecossistema é permeada obrigatoriamente pelas variáveis sociais, o pesquisador/pesquisadora tem que dialogar em pé de igualdade com conhecimento local gerado pelos camponeses e camponesas, desde um processo epistemológico. (SEVILLA GUZMÁN, 2000b).

Alinhado à perspectiva agroecológica e para sobreviver ao sistema que oprime e impõe regras para a sociedade, as unidades familiares rurais recorrem à diversificação das atividades e da produção para melhorarem seus meios de vida. De acordo com Ploeg (2008), a diversificação dos meios de vida implica em lutar continuamente para reforçar os recursos disponíveis, por parte dos camponeses e camponesas e de sua capacidade de resistir. Uma unidade de produção determinada e diversificada pode travar a luta pela sobrevivência e construção de autonomia por meio de processos de conversão de recursos.

Tendo em vista que é comum ocorrer no campo a perda de culturas por conta das intempéries climáticas, a diversificação da produção permite que outras culturas ainda venham a produzir devido aos ciclos diferentes, garantindo a produção de alimentos

para a alimentação. Dessa maneira, as camponesas e camponeses não ficam dependentes apenas de uma cultura, e passam a ter mais autonomia para decidir o que e como fazer. Nesse sentido, o economista Amartya Sen sustenta que “o desenvolvimento humano em seu sentido pleno somente é alcançado na medida em que os indivíduos de uma determinada sociedade passam a ter a liberdade de escolha e opção, e dispor de capacidades e meios para realizá-las e levá-las a termo.” (SEN, 2000, p. 28).

A falta de condições básicas para a sobrevivência é a realidade de muitas pessoas, entretanto, quando se fala de liberdade de escolha, essa situação é ainda mais agravante, como é o caso das mulheres camponesas, que trabalham sem ter renda e ainda assumem jornadas duplas e triplas, sem receber remuneração.

As mulheres do campo são os sujeitos que foram mais afetadas pela Revolução Verde, pois são elas as maiores responsáveis pela manutenção e preservação das sementes crioulas. Estas foram prejudicadas amplamente com a implantação de agrotóxicos, sementes transgênicas e tratadas que substituem as sementes crioulas fazendo com que deixem de ser cultivadas e perdendo inúmeras variedades. São as mulheres quem mais se importam com as causas ambientais e sociais, são elas que estão na linha de frente na preservação do meio ambiente e no cuidado com a família.

Nesse viés, a presente pesquisa tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre como as mulheres camponesas contribuem para a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável e os impactos que a implantação da Revolução Verde pelo sistema capitalista tem causado na manutenção das sementes crioulas.

1. PERCURSO METODOLÓGICO

Para realizar esta pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Assim, foram consultadas várias literaturas referentes ao assunto em estudo, como: livros, artigos publicados na internet, dissertações, teses e cartilhas, possibilitando que esse artigo tomasse corpo.

A pesquisa bibliográfica é o levantamento da bibliografia já publicada sobre o assunto, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. O objetivo desta metodologia é que o pesquisador/pesquisadora adquira conhecimento sobre os materiais já publicados sobre determinado assunto bem como, pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica. (MARCONI E LAKATOS, 1992).

Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, esta não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social e de uma organização. Os pesquisadores e pesquisadoras que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores e pesquisadoras qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador/pesquisadora não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (GOLDENBERG, 1997).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história, as mulheres adquiriram um vasto saber dos sistemas agroecológicos e desempenharam um importante papel como administradoras da conservação da biodiversidade, dos fluxos de biomassa e domesticação das plantas. Demonstram um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos e assegurando, por meio de sua atividade produtiva, as bases para a segurança alimentar. Esse papel se torna ainda mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade se constituem como pontos-chave para a defesa da agricultura e do agro extrativismo familiar, bem como, simultaneamente, que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural. (PACHECO, 2002).

A perda da produção de sementes crioulas vem influenciando a alimentação dos seres humanos, diminuindo cada vez mais a diversificação na alimentação e agravando a perda de variedades que dificilmente serão recuperadas. Os bancos de sementes e a conservação das sementes crioulas por camponeses e camponesas têm sido uma das alternativas mais utilizadas para salvaguardar as sementes que ainda resistem, sendo as mulheres as principais responsáveis por estas atividades, mesmo diante das dificuldades que enfrentam. (FARIA; NOBRE, 2003).

As relações de poder (machismo, patriarcado) vêm determinando as condições que as mulheres têm de participação nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade. Isso implica no desenvolvimento da sociedade, que fica à mercê das decisões de apenas uma parcela da população. No entanto, são necessários aprofundamentos sobre essa problemática, que é fundamental para o entendimento de como se expressam as relações de poder no campo, e que determinam, por exemplo, o vínculo de uma

parcela significativa da população camponesa (as mulheres) aos meios de produção e aos recursos ambientais. Neste contexto, para Shiva (2006, p. 159):

É fundamental ter em conta a existência de uma base patriarcal de paradigmas, modelos, processos, políticas e projetos, que precisam ser entendidos e desmontados em seus argumentos e lógicas. Deve ter-se em conta de que modo se excluem as preocupações, as prioridades e as percepções femininas, na hora de definir a economia, os problemas econômicos, e de propor soluções e colocá-las em prática.

O patriarcado está a serviço do capitalismo, assim como o agronegócio, e são fundamentais para manter essa “roda girando”. Nesse aspecto, Shiva (2006) ressalta que à medida em que aumenta a marginalização das mulheres, cresce também a violência e a dominação contra elas. A mesma autora faz referência ao caso das grandes empresas que “sequestram” os alimentos e a água para torná-las mercadorias, destroem as economias dos homens e principalmente das mulheres do campo e os seus sistemas de conhecimento.

Shiva (2006) ressalta ainda, que o atual modelo de “desenvolvimento” só trouxe degradação ambiental e pobreza. De igual forma, chama a atenção para a desvalorização e invisibilidade do papel das mulheres e das crianças na garantia do sustento das famílias e afirma que a contribuição das mulheres e das crianças para a economia de mercado é totalmente negligenciada e negada.

As mulheres estão envolvidas em lutas de resistência por acesso à terra, ao crédito, à água, à assistência técnica, na busca por mudanças tecnológicas e de infraestruturas no campo, que ajudem a melhorar as condições de sobrevivência das camponesas e camponeses. (SILIPRANDI, 2009). Tanto nos países do Norte, quanto do Sul, mesmo em diferentes contextos, quando se trata da depredação da natureza, as mulheres são as que se identificam com as urgências da terra e se voltam mais na busca de solucionar a crise pela sobrevivência. Mesmo frente às dificuldades, elas fomentam práticas voltadas para a reconstrução do ténue fio que as une à terra, uma vez que, “na perspectiva das mulheres, a sustentabilidade sem justiça ambiental é impossível e a justiça ambiental é impossível sem justiça entre sexos e gerações.” (MIES; SHIVA, 1993, p, 113-114).

As mulheres estão presentes na agricultura desde o princípio. Atuam como as principais responsáveis pela produção, manutenção e conservação das sementes crioulas que são essenciais para manter a soberania alimentar. Com a transformação da

agricultura pautada no sistema capitalista de produção e na ameaça de privatização das sementes, a produção e conservação das sementes crioulas vem se tornando cada vez mais difícil. Além disso, elas não são reconhecidas pelo seu trabalho, são vistas apenas como “ajudantes” na maioria das vezes. De acordo com Lagarde (1996), para mudar essa situação

É preciso incluir as necessidades das mulheres e considerá-las prioritárias; modificar as necessidades humanas dos homens, uma vez que muitas delas concretizam formas e mecanismos de opressão sobre as mulheres; modificar as necessidades comunitárias, nacionais e mundiais ao requerer um caminho de desenvolvimento com sentido mais humano, ou seja, centrado na escala humana. (p. 123).

Historicamente, as comunidades camponesas, quilombolas e indígenas são as guardiãs de uma imensa variedade de plantas alimentícias, medicinais, ornamentais, dentre outros usos. Foram esses povos os responsáveis por guardar, multiplicar e propagar, de geração em geração, os conhecimentos acerca da agro biodiversidade. Populações essas, que continuam resistindo ao sistema capitalista que contrapõe todas essas atividades que são realizadas pelos povos tradicionais, visando apenas o lucro por meio da exploração dos recursos naturais, animais e dos seres humanos.

2.1. MULHERES CAMPONESAS CONSTRUINDO AGROECOLOGIA POR MEIO DAS SEMENTES CRIOLAS

Na década de 1980, em resistência ao agronegócio e ao sistema capitalista, se consolidaram diferentes movimentos de mulheres, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo, dentre estes o Movimento Mulheres Camponesas (MMC).

Esse movimento tem como objetivo a produção de alimentos, a preservação da vida, das espécies e da natureza, desenvolvendo experiências de um projeto popular para a agricultura. O meio pelo qual se procura alcançar estes objetivos é a agroecologia, pela preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos à serviço da humanidade, da alimentação saudável como soberania das nações, da diversificação da produção e da valorização do trabalho das mulheres camponesas. São realizados debates acerca da categoria camponês, que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no

núcleo familiar, que por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, s./d.).

Nesse sentido, mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, camponesa, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação dessas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, s./d.).

Aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas específicas e gerais, na organização de base, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico em que viviam naquele momento. A partir dessa leitura e movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida, inicia-se a potencialização e unificação de um movimento autônomo para ter expressão e caráter nacional.

Com esses debates, as mulheres foram levando novas propostas para o grupo familiar, refletindo acerca da importância da alimentação saudável como estratégia para conquistar maior qualidade de vida no campo. Para isso, há a necessidade de uma área adequada para produção diversificada. Todavia, para as mulheres, o acesso à terra é uma luta forjada no interior das famílias principalmente em relação ao homem, que na cultura patriarcal é quem detém a decisão sobre o uso da terra que pertence ao proprietário homem. (CONTE, 2014). Ressalta-se, nesse contexto, a relevância dos movimentos sociais na luta contra o sistema capitalista, representado pelo agronegócio na agricultura, e a luta das mulheres na manutenção e preservação das sementes crioulas.

Para Marques *et al.* (2007), a troca de sementes garante a manutenção do conhecimento e a diversidade genética. Nesse caso, as trocas de sementes, mudas e conhecimentos não só servem para a melhoria da dieta das famílias como também para a preservação de espécies vegetais que perderam espaço para as sementes comerciais. As mulheres defendem a produção de alimentos e a garantia das variedades e

diversidades genéticas como bem de uso comum. Os princípios que direcionam esses objetivos estão diretamente relacionados à agroecologia, embora ainda haja um longo caminho para ser percorrido.

No atual contexto agrícola, carregado de contradições e crises, as camponesas e camponeses continuam resistindo ao modelo de agricultura química e mantêm o cultivo diversificado de alimentos principalmente para o auto sustento. Cultivam em hortas, quintais e áreas mais distantes de suas casas, nas encostas, em lugares de difícil acesso e em sua maioria áreas de terras degradadas. Muitas famílias que haviam assumido o modelo agrícola da Revolução Verde, orientadas pela assistência técnica, haviam abandonado a produção diversificada passando a comprar em supermercados o que antes era produzido na propriedade, passaram a fazer o caminho inverso, tornando a diversificar a produção.

Sendo assim, essas mulheres camponesas desenvolvem a agroecologia que representa um projeto em defesa da vida e das mulheres. É importante refletir sobre o posicionamento e o papel que as mulheres cumprem nos territórios, visto que, na maioria das vezes, as mulheres estão associadas à produção e reprodução da vida, sendo o trabalho que gera renda relacionado aos homens. (GRAZIANO,1982).

O uso de sementes crioulas, nos termos da agroecologia, é uma forma de se relacionar com a natureza e com o outro, é o resgate das camponesas e dos camponeses como protagonistas do processo produtivo e dos consumidores e consumidoras como parceiros deste processo, e não apenas uma forma de produção sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos. O uso dessas sementes é uma forma de resistência à qual o campesinato adere. (SARAVALLE, 2014).

Se as mulheres fossem incluídas no processo de desenvolvimento, as aldeias, países e todas as nações teriam bons níveis de qualidade de vida e condições de sobrevivência. Ao excluir as mulheres, se exclui pelo menos a metade da população do acesso aos bens e aos espaços. O atual modelo de desenvolvimento atribui prioridade aos interesses masculinos, gerando desigualdade e pobreza. (LAGARDE, 1996).

Mesmo diante do avanço do agronegócio, as mulheres camponesas resistem e conseguem manter as sementes crioulas, que carregam consigo muitos saberes ancestrais, assim como permitem a garantia de comida na mesa, bem como a autonomia de decidir o que plantar e quando plantar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção das sementes crioulas promove a autonomia para as mulheres, que seguem um caminho inverso à agricultura moderna capitalista. Mantém a tradição, o conhecimento popular e possibilitam um resgate histórico das sementes. Elas resistem e persistem para conseguir manter vivas as sementes crioulas e a história que estas carregam. Nesse contexto, as mulheres não valorizam o trabalho apenas no âmbito produtivo, mas também os saberes populares que carregam consigo.

Os movimentos sociais, como o MMC citado anteriormente, viabilizam a participação cidadã nesses processos, por meio de técnicas e metodologias participativas. Atribuem novos significados, de transformação social e de construção de novos paradigmas de desenvolvimento, impostos pelas condições materiais e ideológicas da realidade concreta.

Lamentavelmente, a maior parte das ações até agora realizadas, têm sido implementada a partir da perspectiva do liberalismo econômico histórico ou desde o neoliberalismo. É por isso que, em linhas gerais, os resultados obtidos não foram satisfatórios, em relação ao desenvolvimento que era desejado.

A agroecologia vem para aliar o conhecimento popular com o conhecimento científico, aliando-se contra a degradação da natureza e da sociedade. Enquanto isso, os processos de “modernização” (Revolução Verde) tornam-se cada vez mais uma forma de agressão ao impor uma homogeneidade sociocultural, visando apenas o desenvolvimento econômico, sem se preocupar com os impactos ambientais e sociais que isso vem causando e agravando cada vez mais.

As mulheres exercem um papel fundamental no desenvolvimento da agroecologia, elas mantêm seus quintais produtivos, hortas e roças com uma diversidade de plantas. Plantam para o consumo, para a troca e o excedente para a venda. Asseguram a diversidade e autonomia acerca dos alimentos que consomem, bem como o que plantar e como plantar.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia** - a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

CONTE, Isaura. **O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres: Via Campesina no Brasil, Unorca, Unmic e Conami no México.** TESE (Doutorado),

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Programa de Pós Graduação em Educação. Porto Alegre, 2014.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs) **A produção do viver: ensaios da economia feminista**. SOF (Sempreviva Organização Feminista). São Paulo, 2003.

FREIRE, Paulo Francisco Soares. **A questão da reforma agrária e do agronegócio sob o aspecto da produtividade** - o caso da região de Ribeirão Preto- SP. Araraquara, 2013. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP campus de ARARAQUARA. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/88777>. Acesso em 22/03/2021.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRAZIANO, Francisco Neto. **Questão agrária e ecológica: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas & Horas, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 4ª ed. 1992.

MARQUES, Flávia Charão; MENASCHE, Renata; TONEZER, Cristiane; GENESSINI, Alex. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: Renata Menasche (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Trad. Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **História: A afirmação de muitas histórias**. (S/D). Disponível em: <https://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>. Acesso em: 07/01/2021.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: **GT Gênero- Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO**. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: Gênero e Cidadania, 2002 (obra coletiva).

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SARAVALLE, Caio Yamazaki. **Sementes Crioulas: estratégias de resistência camponesa na UNAIC (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu-RS), Canguçu, Rio Grande do Sul**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol. 9, No. 4, Nov. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Barcelona: Icaria editorial, s.a.2000a.

SEVILLA GUZMÁN, E. GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ de MOLINA, M.; **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000b.

SHIVA, Vandana. **Manifiesto para una democracia de la tierra**. Justicia, sostenibilidad y paz. Barcelona: Paidós, 2006.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Brasília, 2009.